



## **CADERNO DE ENCARGOS**

**Fornecimento e Instalação de Tratamento Automático para a Remoção do Excesso de Radão – II de  
Campos de Cima Penhalonga**



## Índice

PARTE I – CLÁUSULAS JURÍDICAS	1
CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS	1
Cláusula 1.ª Objeto	1
Cláusula 2.ª Contrato	1
Cláusula 3.ª Prazo	1
Cláusula 4.ª Preço Base	2
CAPÍTULO II – OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	2
SECÇÃO I – OBRIGAÇÕES DO PRESTADOR DE SERVIÇOS	2
Subsecção I – Disposições Gerais	2
Cláusula 5.ª Obrigações Principais do Prestador de Serviços	2
Cláusula 6.ª Forma de Prestação de Serviço	3
Subsecção II – Dever de Sigilo	3
Cláusula 7.ª Objeto do Dever de Sigilo	3
SECÇÃO II – OBRIGAÇÕES DO CONTRAENTE PÚBLICO	3
Cláusula 8.ª Responsabilidades do Contraente Público	4
Cláusula 9.ª Preço Contratual	4
Cláusula 10.ª Condições de Pagamento	4
CAPÍTULO III – PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO	5
Cláusula 11.ª Penalidades Contratuais	5
Cláusula 12.ª Força Maior	6
Cláusula 13.ª Resolução por Parte do Contraente Público	7
Cláusula 14.ª Resolução por Parte do Prestador de Serviços	7
CAPÍTULO IV – CAUÇÃO E SEGUROS	7
Cláusula 15.ª Seguros	7
CAPÍTULO V – RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS	8
Cláusula 16.ª Foro Competente	8
CAPÍTULO VI – DISPOSIÇÕES FINAIS	8
Cláusula 17.ª Subcontratação e Cessação da Posição Contratual	8
Cláusula 18.ª Comunicações e Notificações	8
Cláusula 19.ª Contagem de Prazos	8
Cláusula 20.ª Alteração ao Contrato	8
Cláusula 21.ª Legislação Aplicável	8
PARTE II – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS	9

## PARTE I – CLÁUSULAS JURÍDICAS

### Capítulo I – Disposições Gerais

#### **Cláusula 1.ª Objeto**

O presente Caderno de Encargos compreende as Cláusulas a incluir no contrato a celebrar por Consulta Prévia, que tem por objeto principal o Concurso para a elaboração dos **“Fornecimento e Instalação de Tratamento Automático para a Remoção do Excesso de Radão – JI de Campos de Cima Penhalonga.”**

#### **Cláusula 2.ª Contrato**

1. O Contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O Contrato a celebrar integra ainda os seguintes documentos:
  - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões, do Caderno de Encargos, identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
  - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
  - c) O presente Caderno de Encargos;
  - d) A Proposta Adjudicada;
  - e) Os esclarecimentos sobre a Proposta Adjudicada prestados pelo Prestador de Serviços.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem através da qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do Contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo Prestador de Serviços nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

#### **Cláusula 3.ª Prazo**

O prazo máximo para fornecimento dos bens é de **30 dias**.

#### **Cláusula 4.ª Preço Base**

- 1- O preço base é o preço máximo que o Contraente Público se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do Contrato a celebrar, e corresponde ao valor de 4.977,00 € (quatro mil novecentos e setenta e sete euros), o qual não inclui IVA.

## Capítulo II – Obrigações Contratuais

### Secção I – Obrigações do Prestador de Serviços

#### Subsecção I – Disposições Gerais

##### ***Cláusula 5.ª Obrigações Principais do Prestador de Serviços***

1 – Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, o adjudicatário fica obrigado a prestar os serviços, objeto do presente contrato, tendo em conta as seguintes disposições:

- a) Obrigação do cumprimento do prazo da prestação de serviços;
- b) Cumprimento dos requisitos legais em vigor e garantia da qualidade dos serviços;
- c) Obrigação de se responsabilizar por todos os danos causados ao Município do Marco de Canaveses relativos à prestação de serviços identificados na sua proposta e que resultem da ação ou omissão do (s) seu (s) profissional (ais);
- d) Comunicar antecipadamente, logo que tenha conhecimento, à entidade adjudicante os factos que tornem total ou parcialmente impossível a prestação de serviços objeto do procedimento, ou o cumprimento de outra das suas obrigações nos termos do contrato celebrado com a entidade adjudicante;
- e) Não ceder, sem prévia autorização da entidade adjudicante, a sua posição contratual no contrato celebrado com esta;
- f) Não alterar as condições da prestação de serviços fora dos casos previstos no presente caderno de encargos;
- g) Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições em que é efetuado a prestação de serviços, bem como prestar todos os esclarecimentos que se justifiquem, de acordo com as circunstâncias;
- h) Comunicar à entidade adjudicante qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais com relevância para o fornecimento dos bens, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;
- i) São da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização, na prestação, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças. Caso a entidade adjudicante vier a ser demandada por ter infringido qualquer dos direitos acima mencionados, o adjudicatário indemnizá-la-á de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar, seja a que título for;



2. O título acessório, o adjudicatário fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados ao objeto do contrato, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

#### ***Cláusula 6.ª Forma de Prestação de Serviço***

1. O Prestador de Serviços fica também obrigado a apresentar ao Contraente Público, sempre que solicitado, a evolução de todas as operações objeto dos serviços respeitantes ao cumprimento de todas as obrigações emergentes do Contrato e qualquer documento que o Contraente Público considere necessário no âmbito do normal acompanhamento dos trabalhos.
2. Todos os relatórios, registos, comunicações, atas e demais documentos elaborados pelo Prestador de Serviços devem ser integralmente redigidos em português.

#### **Subsecção II – Dever de Sigilo**

##### ***Cláusula 7.ª Objeto do Dever de Sigilo***

1. O Prestador de Serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Contraente Público, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do Contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, à exceção dos técnicos intervenientes na prestação de serviços, nem ser objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do Contrato.
3. Excluem-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que sejam comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo Prestador de Serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
4. O Prestador de Serviços responde perante o Contraente Público pela violação do dever de sigilo e pela quebra da confidencialidade dos documentos referidos no n.º 1 da presente Cláusula.

#### **Secção II – Obrigações do Contraente Público**

##### ***Cláusula 8.ª Responsabilidades do Contraente Público***

1. O Contraente Público, enquanto entidade adjudicante, deverá assumir todas as responsabilidades, cumprindo com todas as suas obrigações contratuais, de acordo com o estipulado no artigo 18º, da Lei n.º 31/2009, de 3 de Julho.
2. O Contraente Público, enquanto entidade adjudicante, deverá assumir as suas obrigações de acordo com artigo 17º, do Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de Outubro, com exceção da elaboração do Plano de Segurança e Saúde em fase de projeto e coordenação de segurança em fase de projeto, cuja responsabilidade é atribuída ao Prestador de Serviços.

##### ***Cláusula 9ª Preço Contratual***



1. Pela prestação dos serviços objeto do Contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Contraente Público deve proceder ao pagamento pontual ao Prestador de Serviços do preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao Contraente Público, incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças, sem prejuízo do disposto no n.º 3 do artigo 97.º do Código dos Contratos Públicos.
3. O Contrato não estará sujeito a revisão de preços.

#### **Cláusula 10ª Condições de Pagamento**

1. A(s) quantia(s) devidas pelo Contraente Público, nos termos da Cláusula anterior, deve(m) ser paga(s) no prazo de 30 (trinta) dias após a receção das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
2. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a emissão da declaração de aceitação pelo Contraente Público, nos termos da Cláusula 10.ª.
3. As faturas são emitidas em nome do Município do Marco de Canaveses, sito no Largo Sacadura Cabral, onde deve constar obrigatoriamente o seguinte número único do **processo Nº de Cabimento**, sob pena de devolução das mesmas.
4. Em caso de discordância por parte do Contraente Público, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao Prestador de Serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o Prestador de Serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida, podendo recorrer-se a Comissão Arbitral no caso em que não seja possível chegar a acordo.
5. A seu pedido do Prestador de Serviços poderá ficar dispensado de apresentar uma caução.
6. O Prestador de Serviços ficará sujeito aos descontos impostos pela legislação aplicável, no que se refere a todos os pagamentos efetuados.

### **Capítulo III – Penalidades Contratuais e Resolução**

#### **Cláusula 11.ª Penalidades Contratuais**

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do Contrato, o Contraente Público pode exigir do Prestador de Serviços o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
  - a) Pelo incumprimento das datas e prazos de entrega dos elementos referentes a cada fase do Contrato, calculada diariamente, até:



- Um por mil, nos primeiros 15 (quinze) dias;
  - Dois por mil, a partir do décimo sexto e até ao trigésimo dia;
  - Três por mil, a partir do trigésimo primeiro e até ao quadragésimo quinto dia; e
  - Quatro por mil, a partir do quadragésimo sexto dia.
- b) Se o incumprimento for devido à verificação de graves erros ou omissões, o quantitativo da indemnização não excederá o valor da fase ou fases em que aqueles se produziram;
- c) Por qualquer outro incumprimento a indemnização não excederá o quantitativo correspondente a 15% (quinze por cento) dos honorários vincendos.
2. Na determinação da gravidade do incumprimento, o Contraente Público tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do Prestador de Serviços e as consequências do incumprimento.
3. Nas situações enquadráveis no n.º anterior, de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 308.º do CCP, e atento o preceituado na alínea c) do n.º 2 do artigo 307.º do CCP, deverá ser assegurado ao Prestador de Serviços o direito de audiência prévia, tal como regulado no Código do Procedimento Administrativo, relativamente à intenção de aplicação da sanção.
4. O Contraente Público pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do Contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente Cláusula.
5. As penas pecuniárias previstas na presente Cláusula não obstam a que o Contraente Público exija uma indemnização pelo dano excedente.
6. Verificando-se a rescisão do Contrato por facto não imputável ao Prestador de Serviços, terá este direito, cumulativamente, às seguintes indemnizações:
- a) O quantitativo correspondente ao valor dos honorários, atribuível ao trabalho não executado na fase em curso;
  - b) A 10% (dez por cento) do valor das prestações de honorários vincendos, salvo se este quantitativo for inferior ao montante do valor da fase imediatamente subsequente, caso em que será esta a quantia indemnizatória; e
  - c) A 10% (dez por cento) do valor estabelecido para a fase de Assistência Técnica decorridos que sejam 2 (dois) anos sobre a data de aprovação oficial do projeto.

#### **Cláusula 12ª Força Maior**

1. Não podem ser impostas penalidades ao Prestador de Serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do Contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.



2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
  - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Prestador de Serviços, na parte em que intervenham;
  - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Prestador de Serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
  - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Prestador de Serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
  - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Prestador de Serviços de normas legais;
  - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Prestador de Serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
  - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Prestador de Serviços não devidas a sabotagem;
  - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

**Cláusula 13.ª Resolução por Parte do Contraente Público**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o Contraente Público pode resolver o Contrato, a título sancionatório, no caso de o Prestador de Serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:
  - a) Pelo atraso na conclusão dos serviços ou na entrega dos elementos referentes a cada fase do Contrato superior a 45 (quarenta e cinco) dias ou declaração escrita do Prestador de Serviços de que o atraso respetivo excederá esse prazo;
  - b) Pela verificação de graves erros, negligência ou omissões, imputáveis ao Prestador de Serviços.



2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao Prestador de Serviços e não determina a repetição das prestações já realizadas.

**Cláusula 14.ª Resolução por Parte do Prestador de Serviços**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o Prestador de Serviços pode resolver o Contrato quando:
  - a) Qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 6 (seis) meses, ou o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros;
  - b) Pela verificação da impossibilidade de cumprimento de alguma das Cláusulas contratuais por parte do Contraente Público do que possa resultar grave prejuízo ou dano para os seus direitos e legítimas expectativas.
2. Nos casos previstos na alínea a) do n.º 1 da presente Cláusula, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao Contraente Público, que produz efeitos 30 (trinta) dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
3. A resolução do Contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo Prestador de Serviços, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do Contrato (com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos).

**Capítulo IV – Caução e Seguros**

**Cláusula 15.ª Seguros**

1. É da responsabilidade do Prestador de Serviços a cobertura, através de contratos de seguros de responsabilidade civil, dos seguintes riscos:
  - a) Danos patrimoniais e não patrimoniais causados a terceiros em resultado de atos, omissões ou negligência por ele cometidos exclusivamente no decurso da sua atividade.
2. O Contraente Público pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o Prestador de Serviços fornecê-la no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

**Capítulo V – Resolução de Litígios**

**Cláusula 16.ª Foro Competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do Contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo de Penafiel.

**Capítulo VI – Disposições Finais**

**Cláusula 17.ª Subcontratação e Cessação da Posição Contratual**



A subcontratação pelo Prestador de Serviços, e a cessação da posição contratual por qualquer das partes, depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

***Cláusula 18.ª Comunicações e Notificações***

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do Contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no Contrato.
2. Toda e qualquer informação a transmitir ao co-contratante deverá ser endereçada por escrito.
3. Caso se verifique a necessidade de um entendimento verbal de carácter urgente, deve o mesmo ser ratificado por escrito, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis.
4. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do Contrato deve ser comunicada à outra parte.

***Cláusula 19.ª Contagem de Prazos***

Os prazos previstos no Contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

***Cláusula 20.ª Alteração ao Contrato***

Qualquer alteração a introduzir no Contrato no decurso da sua execução ou prorrogação do mesmo será objeto de acordo prévio entre as partes.

***Cláusula 21.ª Legislação Aplicável***

O Contrato é regulado pela legislação portuguesa.



## PARTE II – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

### Cláusula 1.ª Área de Intervenção

1 – O objeto principal prende-se com a prestação de serviços de **Fornecimento e Instalação de Tratamento Automático para a Remoção do Excesso de Radão – JI de Campos de Cima Penhalonga**, que consistem no seguinte:

Art.º	Descrição	UN	QNT.
1.1	Bidão Hidróxido de Sódio (25 kg)	un	1,00
1.2	Depósito Horizontal de Superfície - 2000 L	un	1,00
1.3	Bomba Doseadora (6 L/h a 7 bar)	un	1,00
1.4	Acrílico de Proteção Equipamentos	un	1,00
1.5	Kit Manuseamento de químicos (bomba trasfega e copo medidor)	un	1,00
1.6	Fornecimento e Montagem de Venturi em PCV 3/4 de funcionamento hidráulico	un	2,00
1.7	Depósito Doseador - 100 L	un	1,00



1.8	Bomba Grundfos	un	1,00
	CM 1 – 5, ou		
	equivalente		
1.9	Filtro Carvão	un	1,00
	Ativado		
1.10	Acessórios	vg	1,00
	Elétricos e		
	Hidráulicos para o		
	bom		
	funcionamento do		
	equipamento		
1.11	Montagem do	vg	1,00
	Sistema na		
	Câmara de		
	Manobras		
1.12	Todos os trabalhos	vg	1
	necessários para o		
	funcionamento		
	correto e normal		
	da instalação		

#### **Cláusula Única**

Na concretização dos princípios da legalidade, da prossecução do interesse público, da imparcialidade, da proporcionalidade, da boa-fé, da tutela da confiança, da sustentabilidade e da responsabilidade, bem como os princípios da concorrência, da publicidade e da transparência, da igualdade de tratamento e da não-discriminação, ínsitos no artigo 1.º-A do CCP, informa-se que, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 35.º-A e 47.º n.º 3, ambos do CCP, a Entidade Adjudicante efetuou consultas informais ao mercado, de forma a planear a contratação e definição do preço base objeto do presente procedimento.

Todas as informações decorrentes da referida consulta constam do respetivo processo administrativo, junto da Divisão de Contratação e Aprovisionamento – Serviços Técnicos Municipais – com morada na Avenida Futebol Clube do Marco -, onde podem ser consultadas, das 10h00m às 12h30m e das 14h00m às 17h00m de cada dia útil, salvo interrupções normais de expediente, até ao termo do prazo fixado para a apresentação da proposta.

